



IX CONGRESSO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

"A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR"

ANAIS

LOCAL: CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
CEFID/UDESC

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

NOVEMBRO DE 1998

MENSAGEM DA COMISSÃO

O Congresso Catarinense de Educação Física, tem como finalidade possibilitar atualização, discussões e reflexões sobre a Educação Física e o Desporto Escolar, priorizando a Proposta Curricular de Santa Catarina-1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Regulamentação da Profissão, entre outros temas que serão abordados.

Desejamos a todos vocês uma feliz estada entre nós, e que suas presenças sirvam para compartilhar conosco, mais uma vez, da problemática "Educação Física Escolar". Nosso propósito é chegarmos a um referencial seguro de trabalho, para que possamos realizar, e realizar bem nosso cotidiano. Para isso, sentimos a necessidade de proporcionar através deste Congresso uma abordagem sobre os conteúdos curriculares e suas metodologias, temas presentes na Proposta Curricular de Santa Catarina-1998, bem como ressaltar e associar estes conteúdos com os PCNs, tudo isto alicerçado na Lei da Regulamentação dos Profissionais da Educação Física.

Não queremos de maneira alguma esgotar qualquer assunto, mas assegurar que a partir deste Congresso se estabeleça o propósito de um trabalho sistemático, integrando a Secretaria de Estado de Santa Catarina - **SED e Profissionais de Educação Física**, para um aprofundamento sobre algumas questões, maior compreensão dos pressupostos teóricos, estimulando assim novos estudos que permitam mudanças.

CAROS COLEGAS, BEM VINDOS!

COMISSÃO ORGANIZADORA

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL: MARINO TESSARI

COMISSÃO DE APOIO E

DIVULGAÇÃO: SUELI MARIA BECKHAUSER

VERA REGINA COSTA PREIS

MABEL OLIVA LETTI DA SILVA

ANDREIA SCHÜTER BUSS

ANA PAULA MOROSSINO

CRISTIANI REGINA BROGNOLI

DENISE CAMPOS

ANA APARECIDA TESSARI

SECRETARIA GERAL: MARIJANE RAQUEL SOARES

SAULO SEBASTIÃO BECKER

COMISSÃO FINANCEIRA: PEDRO DA SILVA ROSA

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL:

PAULO HENRIQUE XAVIER DE SOUZA

HERCIDES JOSÉ DA SILVA

ALEXANDRE DE PAULA AGUIAR

JOÃO KIYOSHI OTUKI

PROMOÇÃO

**ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE
SANTA CATARINA - APEF/SC**

Co- PROMOÇÃO

**CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS - UDESC
CENTRO DE DESPORTOS - UFSC**

APOIO

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESPORTOS - FESPORTE
CAFÉ JURERÊ**

TEMAS PRINCIPAIS

- **PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA FACE A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO**
- **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA**
- **A LEGISLAÇÃO E A REALIDADE NA ESCOLA EM SANTA CATARINA**
- **DESPORTO EDUCACIONAL**
- **PLANEJAMENTO DOS CONTEÚDOS PARA EDUCAÇÃO FÍSICA EM SANTA CATARINA: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.**
- **PEDAGOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA**
- **PEDAGOGIA DO JOGO**

INFORMAÇÕES ÚTEIS

CLIENTELA: PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- TAXA DE INSCRIÇÃO

ATÉ DIA 13/11

PROFISSIONAIS	ACADÊMICOS	SÓCIOS DA APEF
R\$ 20,00	R\$20,00	isentos

Depois

PROFISSIONAIS	ACADÊMICOS	SÓCIOS DA APEF
R\$ 25,00	R\$25,00	isentos

*CERTIFICADOS: O REGISTRO DOS CERTIFICADOS SERÃO FORNECIDOS PELO CEFID/UFSC

CREDENCIAL: Todo participante receberá um crachá de identificação, pessoal e intransferível. Seu uso é obrigatório e indispensável para a circulação na área do EVENTO.

A Secretaria Executiva está a sua disposição e deseja-lhe uma boa estada em FLORIANÓPOLIS e UM PROVEITOSO CONGRESSO!

AGRADECIMENTOS

CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS - CEFID
CENTRO DE DESPORTOS - UFSC
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Os múltiplos desafios que as sociedades contemporâneas enfrentam fazem com que a educação apareça, mundialmente, como um elemento indispensável que pode permitir progredir em direção aos ideais de paz, de liberdade e de justiça social. E a educação, permitindo a todos o acesso ao conhecimento, tem um papel bem preciso a desempenhar - ajudar a compreender o mundo e a compreender o outro, a fim de melhor compreender a si mesmo, com mais sentido de responsabilidade, de solidariedade e de aceitação de diferenças culturais.

A inserção do país no contexto da globalização, nas transformações científicas e tecnológicas, na reorientação ético-valorativa da sociedade, atribuem à escola numerosas tarefas, não enquanto a única instância responsável pela formação dos sujeitos, mas como aquela que exerce uma prática educativa social organizada e planejada ao longo de muito tempo na vida dos alunos.

Sendo assim, preocupados com a problemática da Educação Física Escolar, oportunizaremos discussão e reflexões sobre a Regulamentação da Profissão, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Proposta Curricular de Santa Catarina, entre outros temas relacionados a esta questão.

OBJETIVOS

QUALIFICAR, ATUALIZAR, DISCUTIR E INTEGRAR PROFISSIONAIS E PESSOAL DOCENTE E DISCENTE EM CONHECIMENTOS TÉCNICOS, METODOLÓGICOS E LEGAIS, QUE PERMITAM UMA MELHOR ATUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.

PROGRAMAÇÃO OFICIAL

DATA: 19/11/98

ABERTURA

Local: Auditório do CEFID/ UDESC

HORÁRIO: 19:00 horas

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Local: Auditório do CEFID/UDESC

Horário: 19:30 horas

TEMA: PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA FACE A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

Professor: JORGE STEINHILBER - FBAPEF- RJ

MESA REDONDA

Local: Auditório do CEFID/UDESC

Horário: 20:00 horas

TEMA: PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA e PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA

Participantes: VÂNIA SANTOS RIBEIRO - SED/SC

JUAREZ VIEIRA DO NASCIMENTO - CDS-UFSC

Moderador: LILIAN BEATRIZ RODRIGUES - SED/SC

Data: 20/11/98

CURSO 1 - PLANEJAMENTO DOS CONTEÚDOS PARA EDUCAÇÃO FÍSICA EM SANTA CATARINA

EDUCAÇÃO INFANTIL

ENSINO FUNDAMENTAL

ENSINO MÉDIO

Local: Auditório do CEFID/UDESC

Horário: 08:30/11:30 horas

Professor: RUY JORNADA KREBS - CEFID/UDESC

CURSO 2 - PEDAGOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Local: Auditório do CEFID/UDESC

Horário: 13:30/16:30 horas

Professor: JUAREZ VIERA DO NASCIMENTO-CDS/UFSC

CURSO 3 - PEDAGOGIA DO JOGO

Local: Auditório do CEFID/UDESC

Horário: 17:30/ 20:30 horas

Professor: EDMILSON SANTOS DOS SANTOS- RS

MESA REDONDA

Local: Auditório do CEFID/UFSC

Horário: 21:00 horas

TEMA: A LEGISLAÇÃO E A REALIDADE NA ESCOLA EM SANTA CATARINA

Participantes: JORGE STEINHILBER - APEF-RJ

 IDELI SALVATI - DEPUTADA ESTADUAL - SC

 Pe. KUNO PAULO RHODEN - C.E.E - SC e CNE

Moderador: OSNI JACÓ DA SILVA - CDS/UFSC

DATA: 21/11/98

CURSO 1 - PLANEJAMENTO DOS CONTEÚDOS PARA EDUCAÇÃO FÍSICA EM SANTA CATARINA

EDUCAÇÃO INFANTIL

ENSINO FUNDAMENTAL

ENSINO MÉDIO

Local: Auditório do CEFID/UFSC

Horário: 08:30/11:30 horas

Professor: RUY JORNADA KREBS-CEFID/UFSC

CURSO 2 - PEDAGOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Local: Auditório do CEFID/UFSC

Horário: 13:30/16:30 horas

Professor: JUAREZ VIERA DO NASCIMENTO-CDS/UFSC

CURSO 3 - PEDAGOGIA DO JOGO

Local: Auditório do CEFID/UFSC

Horário: 17:30/ 20:30 horas

Professor: EDMILSON SANTOS DOS SANTOS - RS

MESA REDONDA

Local: Auditório do CEFID/UFSC

Horário: 21:00 horas

TEMA: DESPORTO EDUCACIONAL

Participantes: ADEMAR SILVA - FESPORTE

 EDIMILSON SANTOS DOS SANTOS - RS

 LILIAN BEATRIZ RODRIGUES - SED -SC

Moderador: JOÃO KIYOSHI OTUKI - CEFID/UFSC

Data: 22/11/98

**CURSO 1 - PLANEJAMENTO DOS CONTEÚDOS PARA
EDUCAÇÃO FÍSICA EM SANTA CATARINA**

EDUCAÇÃO INFANTIL

ENSINO FUNDAMENTAL

ENSINO MÉDIO

Local: Auditório do CEFID/UEDESC

Horário: 08:30/11:30 horas

Professor: RUY JORNADA KREBS-CEFID/UEDESC

CURSO 2 - PEDAGOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Local: Auditório do CEFID/UEDESC

Horário: 13:30/16:30 horas

Professor: JUAREZ VIERA DO NASCIMENTO- CDS/UFSC

CURSO 3 - PEDAGOGIA DO JOGO

Local: Auditório do CEFID/UEDESC

Horário: 17:30/ 20:30 horas

Professor: EDMILSON SANTOS DOS SANTOS-FEEVALE/RS

ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES

1) COMISSÃO ORGANIZADORA

- Conjuntamente apoiar as demais Comissões, no que for necessário e possível dentro de suas Instituições.
- Individualmente, ser a ligação entre a Comissão Organizadora e as Instituições
- Individualmente, representar a instituição junto ao Congresso
- Deliberar sobre os assuntos e procedimentos do Congresso

1.1.) COORDENAÇÃO GERAL

- Providenciar o local para realização dos eventos
- Estruturar e determinar o funcionamento da Comissão Organizadora
- Marcar e presidir reuniões que forem julgadas necessárias
- Coordenar a ação entre as subcomissões
- Intermediar os contatos da Comissão Organizadora
- Convidar pessoas ou entidades para participarem dos eventos
- Representar a Comissão Organizadora, diante de sugestões que envolvam decisão final, sobre qualquer aspecto dos eventos.

1.2.) COMISSÃO DE APOIO E DIVULGAÇÃO

- Organizar o local do evento
- Providenciar o material didático para Conferencistas e Palestrantes (audiovisual, vídeo cassete, retroprojektor, quadro, extensão elétrica, tela de projeção, etc)
- Instalar os equipamentos de audiovisual sempre que necessário
- Montar e acionar o esquema de fotocópias e Reprografia
- Confeccionar crachás de identificação dos participantes
- Providenciar documentação fotográfica do evento
- Confeccionar e equipar pastas (rascunhos, lápis, informativos turísticos e pedagógicos)
- Divulgar o Congresso junto aos órgãos de comunicação social (rádio jornal, TV)

1.3.) SECRETARIA GERAL

- Responsabilizar-se por toda correspondência recebida e expedida, referente ao Congresso
- Datilografar e remeter todos os ofícios às instituições e entidades
- Providenciar todo material impresso do Congresso: apostilas, textos, declarações, atestados, relatórios.
- Preparar os certificados
- Preparar ficha de controle de frequência
- Providenciar súmula de documentos dos congressistas
- Providenciar declarações de participação dos congressistas, datilografar certificados dos palestrantes

REGULAMENTO PARA AS APRESENTAÇÕES CONFERÊNCIAS - MESAS REDONDAS

1. A Mesa das Conferências será constituída por um Presidente, e o (a) Apresentador(a).
2. As Mesas Redondas serão constituídas por um Moderador e os (as) Apresentadores(as).
3. O tempo de cada Conferência será de 1 (uma) hora.
4. O tempo de apresentação de cada Mesa Redonda será de 1 (uma) hora.
5. Ao final de todas as apresentações, haverá debates, e o tempo será previamente determinado pela mesa.

Caberá ao Presidente:

1. Abrir e encerrar a sessão;
2. Apresentar os componentes da mesa e o (a) Apresentador (a);
3. Dar a palavra ao (a) Apresentador (a);
4. Coordenar as perguntas do Plenário;
5. Participar das discussões e fazer comentários;
6. Entregar os certificados ao final da sessão;
7. Verificar, antes do início da sessão, se todo o material necessário à exposição está disponível e organizado;
8. Controlar rigorosamente o tempo de exposição e debate;
9. Faltando dois minutos para encerrar a apresentação, avisar o conferencista;
10. Encerrado o tempo, o apresentador terá no máximo 30 segundos para terminar a sua apresentação.

Caberá ao Moderador:

1. Abrir e encerrar a sessão;
2. Apresentar os componentes da Mesa;
3. Coordenar as perguntas do Plenário e componentes da Mesa;
4. Evitar que se estabeleçam debates paralelos entre os membros da Mesa e entre estes e a audiência;
5. Participar das discussões e fazer comentários;
6. Entregar os certificados ao final da sessão.

Caberá aos Apresentadores:

1. Comparecer no local pelo menos 30 (trinta) minutos antes de sua apresentação;
2. Cumprir rigorosamente o tempo previsto para sua apresentação;
3. Encaminhar qualquer pedido diretamente ao Moderador da sessão; responder às perguntas formuladas pela Mesa e/ou Plenário.

RESUMOS - CONFERÊNCIAS - MESAS REDONDAS E CURSOS

RESUMO DE TRABALHO - CONFERÊNCIA

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA FACE A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

Jorge Steinhilber – FBAPEF-RJ

Falar em perspectivas pode dar a impressão de querermos ser futurólogos, algo como previsão de futuro. Contudo, com o advento do instrumento jurídico regulador do exercício profissional, com a determinação legal de que somente os profissionais registrados nos respectivos Conselhos de Profissionais de Educação Física poderão ministrar, orientar e conduzir atividades físicas e desportivas, certa e seguramente transforma-se em um poderoso defensor da sociedade. Neste momento estamos vivendo um novo momento histórico para os profissionais de Educação Física e certamente com enormes reflexos na área da educação física, tanto formal (escolar) como não formal (não escolar), bem como no segmento de formação. Muitas transformações ocorrerão beneficiando a sociedade, contribuindo para a valorização profissional, instituindo código de ética profissional e, seguramente corroborando para a melhora do exercício profissional dado que a competição por competência estará motivando os profissionais a permanente atualização. Cabe ressaltar que a regulamentação não é nenhuma solução para os profissionais de Educação Física. Na verdade esta constitui-se em enorme problema pois, cabe aos mesmo traçarem o rumo de sua profissão, determinarem suas ações, legitimarem sua profissão mediante atuação e trabalho competente e consistente. Se até então a profissão estava solta, pertencia a qualquer um, portanto não havia compromisso ético, a partir do advento da promulgação da lei 9696/98, foi delegado aos profissionais a responsabilidade pela área da educação física e do desporto, foi-lhe outorgada a incumbência de atender condignamente a sociedade. É sabido que a área da atividade física e do lazer é uma das mais prósperas, tendendo a constituir-se em mercado fértil para o exercício profissional. A perspectiva é de que os profissionais egressos das escolas de Educação Física tenham cada vez mais ampliado seu mercado de trabalho. No entanto, temos que estar atentos e alertas aos nossos compromissos e deveres éticos no exercício de nossa profissão. As perspectivas são das mais promissoras. Cabe a nós ocupar condignamente o espaço delegado, assumir a responsabilidade, atuar sempre em benefício da sociedade, da construção de uma sociedade com melhor

qualidade de vida e levar em consideração o desenvolvimento holístico de cada ser.

RESUMO DE TRABALHO - MESA REDONDA

O CONTEXTO DE MUDANÇA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: O CASO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.

Juarez Vieira do Nascimento¹ - CDS/UFSC

A partir da promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) em 20 de dezembro de 1996, a presença da Educação Física na escola sofreu algumas alterações. Foi mantida a obrigatoriedade no ensino fundamental e médio, ampliada para a educação infantil, porém tornou-se facultativa nos cursos noturnos.

Com o intuito de implementar um avanço de qualidade da educação nacional desencadeado pelas alterações estabelecidas na nova LDB, o Ministério da Educação e Desporto elaborou um conjunto de documentos que apresentam alguns parâmetros norteadores para harmonizar as ações educacionais do ensino fundamental. Na verdade, tais documentos parecem constituir uma proposta de currículos nacionais, onde a nomenclatura “parâmetros curriculares” apenas é utilizada para dar uma pretensa flexibilidade, devido ao caráter genérico dos objetivos, conteúdos, avaliações e orientações pedagógicas contidos nos documentos.

Desde a elaboração e divulgação iniciais, os documentos referentes a área de Educação Física têm sido o motivo de severas críticas por profissionais envolvidos em grupos de pesquisa em diferentes regiões brasileiras. As críticas estão mais direcionadas aos conteúdos contemplados, aos princípios norteadores, às concepções subjacentes e aos encaminhamentos adotados, tanto na sua elaboração como na sua implantação. Se por um lado há a concordância com relação a construção de PCNs a partir de um amplo debate nacional, há também uma discordância quanto a sua futura utilização, especialmente quando servir para “ranquear” as escolas e, conseqüentemente, acentuar ainda mais o estado de manutenção adiada das instituições de ensino públicas.

Apesar das diversas críticas que os PCNs têm recebido, reconhece-se que houve um certo avanço na área de Educação Física, notadamente com o reconhecimento da necessidade desta disciplina nas séries iniciais do ensino fundamental e na própria proposta apresentada. A proposta parece ter sido elaborada no sentido de atender a todas orientações curriculares possíveis, adotadas frequentemente pelos profissionais da área, remetendo aos estados e municípios a responsabilidade de implementação de propostas pedagógicas adequadas à realidade regional e local.

¹ Professor do CDS/UFSC e Doutor em Ciências do Desporto na FCDEF/UP.

Ao procurar estabelecer um denominador comum de perspectivas múltiplas de ação e evitar atos de polarização onde estejam bem marcadas as diferenças de opiniões, esta proposta ficou vulnerável a severas críticas por não contemplar ou prestar a devida atenção ao debate acadêmico atual da área. Ou ainda, que a mudança almejada na Educação Física escolar proposta nos PCNs seja muito lenta ou esteja muito aquém ao esperado pelos profissionais da área. Assim, a discussão crítica deste assunto tem ocultado o avanço desejado nos PCNs, onde o desporto de rendimento deixou de ser o único conteúdo a ser trabalhado nas aulas de Educação Física, na medida em que cede espaço também às demais manifestações da cultura corporal, ou seja, a ginástica, a luta e a dança.

Muitos críticos esquecem que a elaboração de Propostas Curriculares, em qualquer esfera do sistema de ensino (macrossistema, mesossistema ou microssistema), está envolta de conflitos e dilemas. Há situações que oferecem a oportunidade de escolha entre ao menos dois cursos de ação, cada qual é problemático. A opção por um curso de ação sacrifica ou prejudica as vantagens que poderiam ser obtidas se a alternativa escolhida fosse outra. Em outras palavras, um dilema não é uma situação onde a melhor solução seja aquela obtida através de avaliação criteriosa, mas que cada opção considerada envolva tanto aspectos positivos quanto aspectos negativos. Os dilemas, aqui concebidos, são vistos como insolúveis, na medida em que nenhuma outra alternativa possa ser considerada.

Um dos dilemas mais freqüentes na elaboração de propostas curriculares diz respeito a delimitação ou não do conteúdo a ser abordado. Há pressões conflitantes para que seja enfatizado todo o conteúdo disponível no assunto, assim como há pressões para delimitar o conteúdo para que seja enfatizado o seu domínio. Esta situação justifica-se pelo fato de que, quanto mais conteúdos e habilidades os estudantes cobrem, menos eles podem dominar e vice-versa. Há também a pressão de expandir os currículos para atender ou cobrir mais e mais conteúdos e habilidades. Raramente é proposta a eliminação de certos conteúdos, mas são acrescentados novos conhecimentos advindos do próprio desenvolvimento científico da área.

A ênfase na cobertura do conteúdo seria vantajosa por contemplar uma variedade maior de conteúdos, onde a superficialidade de alguns conteúdos justifica-se pelo fato do processo de ensino-aprendizagem ser contínuo, inacabado e ser necessário despertar o interesse do estudante para as aprendizagens futuras. Por outro lado, a ênfase no domínio do conteúdo proporcionaria sentimentos de competência e confiança dos conhecimentos e habilidades aprendidas, assim como seria capaz de provocar um maior impacto no desenvolvimento do indivíduo por fortalecer as disposições dos estudantes.

A prática em andamento ou a prática inovadora é outro dilema, mais frequentemente enfrentado na formação inicial de professores do que propriamente na prática profissional (Katz & Rathz, 1992). Alguns programas de formação procuram auxiliar os estudantes a adquirirem competências nos padrões em andamento nas escolas, enquanto que outros programas de

formação estão comprometidos em auxiliar os estudantes a aprenderem práticas inovadoras desenvolvidas mais recentemente.

Se por um lado a ênfase na prática em andamento é capaz de minimizar os problemas de ajustamento de professores recém formados bem como os conflitos entre docentes formadores de professores e professores cooperadores, a ênfase na prática inovadora é justificada pela responsabilidade atribuída às instituições de formação para introduzir práticas inovadoras, capazes de contribuir para a melhoria da prática profissional.

Apesar dos inúmeros conflitos que possam surgir, tanto os professores envolvidos nos programas de formação profissional quanto aqueles que atuam no ensino fundamental e médio, sonham ou buscam desenvolver abordagens inovadoras. Entretanto, a operacionalização deste intento a nível de microsistema (sala de aula) pode variar de acordo com as orientações ou perspectivas curriculares adotadas no processo de ensino-aprendizagem, onde os papéis sociais de professor e aluno podem assumir diferentes contornos.

As orientações ou perspectivas conceituais incluem concepções de ensino e aprendizagem, bem como esboçam uma teoria sobre o aprender a ensinar. Embora constituam referências sobre como a formação está sendo pensada ou concebida, as orientações conceituais geralmente dirigem as atividades da formação, como a planificação, desenvolvimento, ensino e avaliação.

As principais orientações conceituais visualizadas a partir dos estudos desenvolvidos por Feiman-Nemser (1990), Gomez (1992), Carreiro da Costa (1994) e Garcia (1995) são a acadêmica, a técnica, a pessoal, a prática e a crítica. Elas determinam diferentes papéis que serão assumidos pelo estudante como um acadêmico, um técnico, uma pessoa, um prático ou um crítico.

Um aspecto importante de ressaltar é que as diferentes orientações conceituais não se excluem mutuamente, na medida em que nenhuma delas explica e compreende na sua totalidade o processo de ensino-aprendizagem, mas destacam apenas determinados aspectos que consideram importantes. Na verdade, elas não oferecem uma referência completa para guiar o desenvolvimento de um programa.

A **orientação acadêmica** destaca o papel exercido pelo estudante de um **acadêmico**, pois a formação é vista como um processo de transmissão de conhecimentos científicos e culturais, centrada no domínio dos conceitos e estrutura disciplinar da matéria na qual se especializa. O enfoque é enciclopédico, onde o conhecimento do conteúdo é o mais importante e necessário para o estudante. Ele apresenta uma forte formação científica com uma escassa, incompleta e breve formação pedagógica.

Por outro lado, a **orientação técnica** evidencia o papel do estudante como um técnico que domina as aplicações do conhecimento científico convertidas em regras de atuação futura. A formação é vista como um processo de aquisição de habilidades técnicas onde predomina o enfoque tecnológico preocupado apenas com o saber-fazer. A formação técnica está baseada fundamentalmente na

psicologia comportamentalista e em investigações dentro do paradigma de processo-produto.

A **orientação pessoal** ressalta o papel exercido pelo estudante de uma **pessoa** que se desenvolve, pois a formação é vista como um processo de transformação pessoal, não somente de aquisição de novos conhecimentos e habilidades. O enfoque é humanístico, centrado na percepção de si próprio e da situação bem como da interrelação destas duas percepções. Ele apresenta uma forte dimensão pessoal no processo de formação, para a busca do desenvolvimento de uma maturidade adequada.

A **orientação prática** revela a sabedoria da prática e o aprender da experiência como fonte de conhecimento para formar as pessoas. O papel exercido pelo estudante é de um **prático**, pois a formação é vista como um processo que combina experiências diretas, interações com companheiros e com mentores acerca de situações problemáticas. O enfoque é prático, centrado na qualidade da experiência. A qualidade está relacionada com o quanto de agradável ou desagradável resulta a experiência para o indivíduo e o seu efeito para experiências posteriores. Outro aspecto é que este forte enfoque tradicional favorece a aprendizagem passiva através de ensaios e erros, com uma perspectiva parcial do ensino que não permite ir mais além do que é possível observar.

Ao desafiar o estudante a preocupar-se com seus colegas e com a sociedade, a **orientação crítica** procura desenvolver práticas fundamentadas em princípios democráticos de justiça e igualdade. O papel exercido pelo estudante é de um **crítico**, pois a formação é considerada como um processo que desenvolve nos indivíduos disposições para análise do contexto social que rodeiam os processos de ensino-aprendizagem. Ela assume as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas como principais categorias. O enfoque é crítico, centrado na atitude reflexiva de questionamentos de concepções estáticas de currículo, de conhecimento e de ensino. A forte formação crítica está orientada na indagação ética, pessoal e política, vista como necessária para superar os pressupostos de racionalidade técnica que existem nos programas de formação.

Outro aspecto importante a ser destacado é que não se pode entender estas concepções como categorias fechadas. Elas evoluem no tempo na medida em que novas abordagens determinam novas visões destas orientações curriculares e, conseqüentemente, níveis diferenciados dos papéis assumidos pelos estudantes dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Para tanto, com a evolução na orientação acadêmica, o enfoque enciclopédico pode dar lugar a um enfoque mais compreensivo, onde o estudante seria visto como um intelectual que compreende a estrutura e a forma de ensinar a matéria.

A utilização de um conceito mais aberto de competência, que envolve necessariamente conhecimentos, habilidades e atitudes, é uma mudança almejada na orientação técnica. Neste sentido, o estudante seria considerado aquele indivíduo que toma decisões, ou seja, seleciona e decide qual habilidade é mais apropriada para cada situação.

Na orientação pessoal, a intenção é auxiliar o estudante a evoluir em relação a etapas mais avançadas de preocupações. A meta no desenvolvimento do indivíduo seria deslocar as preocupações pessoais de si próprio para preocupações maiores com os seus colegas e sociedade em geral.

A evolução na orientação prática é observada a partir da mudança do enfoque tradicional para o enfoque reflexivo da prática, onde o estudante é visto como um praticante reflexivo. Esta concepção de reflexão na ação caracteriza o processo no qual o estudante aprende a partir de análises e interpretações de sua própria atividade prática.

Na orientação crítica, busca-se a passagem de um enfoque teórico-crítico para um enfoque prático-crítico, através da operacionalização de propostas concretas de programas sensíveis às realidades culturais e sociais.

Em síntese, enquanto diretrizes norteadoras do macrossistema educacional a serem observadas nas esferas mais abaixo do sistema (mesossistema e microssistema), os PCNs representam um discurso de intenções que buscam realizar uma harmonização curricular a fim de assegurar determinada qualidade na oferta da disciplina de Educação Física na escola. Para que os PCNs deixem de ser um discurso inócuo, contido apenas em documentos e com implementação duvidosa, torna-se necessário corrigir ou minimizar as distorções existentes no sistema escolar brasileiro, especialmente aquelas relacionadas a carência de materiais, equipamentos e de instalações dignas para o exercício profissional nesta área.

Além disso, o caráter genérico da proposta parece fomentar a perpetuação da atitude de improvisação das situações de aprendizagem diante da carência de recursos financeiros e do estado de manutenção adiada das poucas instalações existentes na realidade escolar brasileira. O documento impossibilita aos profissionais da área reivindicar melhores condições de trabalho junto às instâncias superiores responsáveis.

A nível de microssistema, a implementação efetiva de propostas educacionais, preocupadas ou compromissadas com a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, acabará sendo afetada pelas opções tomadas pelos professores quanto as orientações ou perspectivas curriculares a serem adotadas no processo de ensino-aprendizagem. A melhoria da qualificação docente, da valorização da profissão docente bem como de remuneração digna aos professores são outros fatores presentes no contexto de mudança da Educação Física Escolar que poderão ser abordados em oportunidades futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. N. 9394/96, de 20/12/96.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. (1997) **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF.
- CARREIRO DA COSTA, Francisco. (1994). Formação de professores: objetivos, conteúdos e estratégias. **Revista da Educação Física/UEM**, v.5, n.1, p. 26 - 39.

- FEIMAN-NEMSER, Sharon. (1990). Teacher preparation: structural and conceptual alternatives. IN: HOUSTON, W. Robert (Ed.). **Handbook of research on teacher education**. New York: Macmillan Publishing Company, p. 617-635.
- GARCIA, Carlos M. (1995). **Formación del profesorado para el cambio educativo**. Barcelona: EUB.
- GOMEZ, Angel I.P. (1992). La función y formación del profesor/a en la enseñanza para la comprensión; diferentes perspectivas. IN: GIMENO, J. & PEREZ, A. (Org.) **Comprender la enseñanza**. Madrid: Morata, p. 398 - 429.
- KATZ, Lilian G. & RATHS, James. (1992). Six dilemmas in teacher education. **Journal of Teacher Education**, v.43, n.5, p.376 - 335.

PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA

Vânia Santos Ribeiro – SED/SC

A Proposta Curricular de Santa Catarina/91 é uma produção dos educadores catarinenses que preocupados com o ensino neste estado, envolveram-se no processo de discussão do currículo como resultado do debate sobre a democratização do ensino a nível nacional.

Em 1995, a SED/COGEN cria o Grupo Multidisciplinar, composto por professores da Rede Estadual de Ensino, com o objetivo de revisar e aprofundar a Proposta Curricular/91. Esta ação teve como resultado um documento que vem complementar de forma superadora a já referida proposta. Ressalte-se que a Proposta Curricular, como próprio nome diz, é uma proposta. Não está pronta e acabada mas sujeita a transformações conforme a realidade circundante. Assim sendo, O Grupo da Educação Física, após analisar o documento da Proposta/91 e perante a realidade escolar, constatou que corporeidade e movimento humano, pela sua abrangência e indissociabilidade aos temas da Educação Física, necessitam ser discutidos pelos professores da área, nas suas unidades de ensino.

O movimento humano/corporeidade trabalhado através dos temas da Educação Física, devem romper com seu caráter biologizante e prioritariamente de performance, buscando um entendimento de movimento que supere esta visão tecnicista. Portanto, *“deve extrapolar os limites orgânicos e biológicos, reconhecendo-se sua força expressiva e de relação, pois o Homem é um ser eminentemente cultural e, no mundo de hoje, mesmo as necessidades biológicas são satisfeitas socialmente.”*(P.C, 1998:220)

Dentro deste contexto os temas jogo e esporte, e estendendo-se a ginástica e dança que embora não contempladas neste documento são temas de igual importância da Educação Física Escolar, possuem uma abordagem que *“... deve considerar os aspectos sociais, políticos e culturais, o saber representativo do cotidiano do aluno, trazidos de fora da escola, em busca de sua superação, o que o levará à apropriação do conhecimento da área relacionando-o aos demais conhecimentos.”* (P.C, 1998:220)

A Proposta Curricular de Santa Catarina com *“Uma pedagogia para transformação, visa construir uma teoria fundamentada numa concepção de mundo, de homem, de sociedade, que vincula uma prática voltada para as realidades sociais”* (P.C.91:69). A filosofia que a norteia é o materialismo histórico, ciência filosófica do marxismo, que estuda o homem na sua prática social e a evolução histórica através dos tempos. *“Sendo o homem, enquanto homem, produto de um processo constante de contradições e transformação sobre as próprias contradições, a educação como inerente da sociedade, a qual o homem é produtor e produto dela, também passa pelo mesmo processo de contradições e transformação.”* (P.C, 91:10).

A concepção de Educação que norteia a Proposta Curricular é a histórico-cultural que se fundamenta nos estudos de Vygotsky. Segundo ele, a criança se apropria dos conhecimentos através das relações sociais que ela estabelece no seu meio com os outros, sujeitos mais experientes, “mediadores do conhecimento”. Para esta concepção, a aprendizagem precede o desenvolvimento, num processo crescente e infinito.

Neste sentido, tanto a educação como a Educação Física, têm o compromisso de formar o indivíduo crítico e participativo, consciente e politizado, que saiba lutar pelos seus direitos e seja cumpridor dos seus deveres. A escola, como instituição da sociedade em que está inserida, representa um espaço de luta para as transformações sociais, muito embora sua tendência seja de reproduzir o sistema ideológico de produção capitalista *“Uma sociedade que se proponha ser livre, não deve conceber uma educação que restrinja a liberdade das pessoas. Nisso a escola tem um papel importante e nesse contexto a Educação Física tem uma participação histórica decisiva.”* (P.C. 1991:69)

A LEGISLAÇÃO E A REALIDADE NAS ESCOLAS

Jorge Steinhilber – FBAPEF-RJ

A LDB, em seu art. 26, parágrafo terceiro deixa claro o entendimento de que a educação física na escola não é mais obrigatória. Deve estar inserida na proposta pedagógica da escola, significando dizer que pode deixar de ter professores de educação física contratados e, inclusive não ministrar a atividade na grade curricular. Este entendimento, inclusive, foi expresso pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

Contudo, com as novas resoluções do Conselho Nacional de Educação, garantindo a educação física na base nacional comum, creio que esse distorção foi corrigida. No entanto, devemos ter claro que a educação física na escola não será mais regida por lei nacional. Que não haverá mais a determinação do quantitativo de aulas semanais que deverão ser ministradas nem o que deverá ser ministrado, muito menos o objetivo. Os objetivos da educação estão expressos nos Parâmetros curriculares e caberá à escola junto com seus alunos e professores determinarem o melhor para a formação dos alunos. A forma, a metodologia e os objetivos da educação física deverão ser definidos localmente bem como a quantidade de oferta semanais. Esta é uma nova situação para a qual estamos muito pouco preparados. Teremos que repensar a questão da educação física escolar a partir não da obrigatoriedade da frequência mas, através da demonstração de sua importância e significado. A mesma está garantida na escola; agora caberá aos professores definirem os rumos e os objetivos da mesma. Creio que é mais um ponto do processo histórico que estamos atravessando para os profissionais, inclusive podendo os futuros Conselhos regionais participarem dessa nova construção.

"A LEGISLAÇÃO E A REALIDADE NA ESCOLA EM SANTA CATARINA"

Ideli Salvatti - Deputada Estadual-SC

O ano de 1998 foi marcado por profundos conflitos na área educacional e perda da soberania nacional. Situação essa que só vem acentuar, ainda mais, o universo de excluídos de toda e qualquer perspectiva de vida com um mínimo de dignidade.

É fundamental detalhar os principais tópicos de cada uma destas alterações legislativas, relacionar com as consequências práticas de sua implementação, mas o mais importante é entender os motivos, o objetivo que está por trás destas mudanças. Sem isto claro, não é possível entender as mudanças e, muito menos ter clareza de como tudo isto pode ser enfrentado e alterado.

Para concluir é importante relatar o processo da aprovação da lei 170, que regulamenta o Sistema Estadual de Ensino em Santa Catarina, único Estado brasileiro a ter uma legislação deste porte, quais os principais pontos e as consequências desta legislação para o cotidiano escolar em SC.

Os conflitos ocorreram entre as administrações do Estado e dos municípios, como, por exemplo, na questão do financiamento do transporte escolar, e na questão do pré-escolar, desde a diminuição da matrícula até a definição de quem é a responsabilidade pela área.

Os conflitos também ocorreram entre o Estado, as Prefeituras e a comunidade, desde o fechamento de escolas na área rural, como, nos processos de nucleação e municipalização de escolas, na falta de matrículas para o pré-escolar e 2º grau.

Os conflitos ocorreram entre o Estado, Prefeituras e os profissionais da Educação pela diminuição do número de aulas de maneira em geral e, em especial, no caso de algumas disciplinas, entre elas a de Educação Física, pelo aumento da carga de trabalho semanal (com a invenção da aula de 60 minutos) e pela não contratação de milhares de professores ACTs.

A crise se agravou com a diminuição dos recursos para a grande maioria dos municípios catarinenses, por causa da aplicação do FUNDEF.

A greve prolongada das Universidades Federais expôs toda a batalha contra a privatização do ensino superior, o sucateamento das Universidades, a falta de recursos e de condições de trabalho. Da mesma forma, a greve das Escolas Técnicas expôs a gravidade e as consequências da reformulação do ensino técnico.

Não é possível entender estes conflitos sem se reportar às profundas mudanças legislativas que ocorreram nos últimos anos, desde a reforma constitucional pela Emenda 14, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9394/96), pela lei que regularizou o funcionamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF (Lei 9424/96), pelo decreto presidencial 2208/97 regulamentando o ensino técnico.

Estas mudanças legislativas operaram alterações profundas tanto no aspecto conceitual da educação em todo o país, como no financiamento e aplicação dos recursos para a Educação, e redefiniram responsabilidades entre as diversas esferas de poder.

Torna-se, no entanto, impossível compreender todas estas mudanças, como e por que foram aprovadas e estão sendo implementadas, sem se contextualizar o cenário político onde ocorreram, após a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, baseada num dos mais amplos e sólidos acordos das classes dominantes, que tem como objetivo central implementar um projeto neoliberal de redução do Estado, abertura indiscriminada do mercado, submissão ao processo de globalização

A DISCIPLINA - EDUCAÇÃO FÍSICA

Kuno Paulo Rhoden – C.E.E.-SC e CNE

Já diziam os antigos: “Mens sana in corpore sano”. (Mente sã em corpo são). É princípio de vida, de sanidade mental, sem a qual não se compreende um progresso intelectual, base necessária par o desenvolvimento cultural e social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN) inclui em seus ditames preceituais e mandatórios a Educação Física, “*verbis*”:

“Art. 26

“§ 3º - A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se à faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.”

Neste preceito, entre outros aspectos, impõem-se atentar para três pontos especiais:

- a) A educação física integra o currículo. Não pode haver, portanto, nenhum estabelecimento que organize o seu currículo sem contemplar esta disciplina ou esta prática. É convicção de muitos educadores de que a educação física, como parte integrante do currículo, deveria merecer lugar especial e prática, isto é, desenvolvimento, modo de executar, também, especial. Entretanto, isto é competência dos respectivos estabelecimentos de ensino, obedecidas, é claro, as normas do respectivo sistema de ensino.
- b) Integrada à proposta pedagógica. É preciso insistir neste particular, porquanto a PROPOSTA PEDAGÓGICA é, sem dúvida, a chave de ouro que abre o grande esquema para o funcionamento de cada estabelecimento de ensino. A Proposta Pedagógica é própria de cada estabelecimento de ensino e do seu corpo docente e técnico-administrativo. Nada deverá escapar à criatividade dos membros da escola, daqueles a quem incumbe pensar na educação e no desenvolvimento dos seus alunos, para que assim possam, efetivamente, interferir na própria sociedade. A proposta pedagógica vai dizer o QUE a escola faz e COMO o faz ou vai fazer. O exame de qualquer proposta pedagógica porá às claras a criatividade dos membros do Corpo Docente e do corpo técnico-administrativo. Ela é o espelho da ação didático-pedagógica e, sobretudo, educativa da escola. É preciso insistir: o Projeto Pedagógico ou como alguns o denominam: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO é novidade da Lei

e é nele que se abre uma imensa gama de possibilidades válidas e legalmente viáveis e possíveis.

- c) ... é facultativa para os cursos noturnos. Muitos já interpretaram esta licença como sendo determinativa. Não é. Esta permissão deve ser bem entendida. Ela não é, em princípio, matrícula facultativa para os alunos. É autorização à direção dos estabelecimentos de ensino, em período noturno, de não obrigar a inclusão da educação física naqueles currículos. Corresponde, na verdade, a uma prática contemplada já em leis anteriores, nas quais se permitia que os alunos maiores que são os que, de um modo geral, frequentam os cursos noturnos, em razão de trabalhos ou outras razões, então aduzidas, pudesse haver a dispensa. Desta vez, não é assim. O próprio curso não necessita incluir a prática da Educação Física. De nossa parte consideramos conveniente, porém, uma perda para os alunos, aos quais, certamente, ajudaria bastante, uma conveniente prática física. As condições locais, como é sabido, freqüentemente, não permitem esse exercício.

2. A OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA.

À época da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, muitos professores e organizações de Educação Física tiveram grande preocupação com a possível não obrigatoriedade dessa prática. Consideramos que o receio é infundado pelo teor legal uma vez que determina a integração da educação física no currículo, como PARTE INTEGRANTE. Contudo, para garantir essa obrigatoriedade, o Conselho Nacional de Educação, intérprete oficial da Lei (cf. art. 90/LDB), desde logo, tratou de editar normas relativas à matéria, basicamente em dois documentos próprios e que são os Pareceres N^{os}. 05/97 e 12/97. Na esteira desses pareceres, o mesmo Conselho Nacional de Educação editou no decorrer do ano de 1998, os pareceres n^o. 04/98 e 15/98 que tratam da Diretrizes Curriculares, o primeiro, do Ensino Fundamental e o segundo, do Ensino Médio, incluindo em ambos a obrigatoriedade da prática da Educação Física, garantindo, assim, a efetiva integração nos respectivos currículos escolares e, não só, mas também nas normas dos Sistemas de Ensino, quer em suas LEIS DO SISTEMA, quer nas regulamentações pelos órgãos normativos de cada Sistema de Ensino e que são, até agora, sem exceção, os Conselhos Estaduais de Educação.

Portanto, não há porque temer. A Educação Física é obrigatória como parte integrante do currículo.

Resta, isto sim, explicitar que a forma como ela é ministrada, vai depender da organização do estabelecimento de ensino, organização que deverá constar da respectiva PROPOSTA PEDAGÓGICA, na qual deverá estar consignado como deverá ser praticada ou ministrada, quer na quantidade de horas/aula, quer nas modalidades de sua prática que poderá ser diversificada, para cada estabelecimento de ensino.

3. AS QUESTÕES QUANTO AO NÚMERO DE HORAS DE EFETIVO TRABALHO ESCOLAR.

Embora esta temática não se refira especificamente à temática: Educação Física, é correlata, valendo explicitar o seu conteúdo. O texto legal é meridiano no tocante:

a) ao número mínimo de horas de atividade escolar:

São oitocentas (800) horas. A inteligência universal é de que hora é o conjunto de sessenta minutos (60') e não menos. Portanto, é este o mínimo de tempo em que o estabelecimento de ensino deve funcionar, ou, em outras palavras, o currículo escolar não pode ser organizado com número menor de horas, em no mínimo duzentos (200) dias letivos.

Nota-se que a Lei 9.394/96 determina que a escola funcione, pelo menos (o mínimo) de duzentos dias. Assim, é óbvia a inteligência de que os estabelecimentos de ensino podem aumentar esse mínimo em quanto o desejarem e puderem e, sobretudo, se for conveniente.

b) o que é, então, a HORA-AULA? Tudo isto já está definido e legitimamente interpretado pelo Conselho Nacional de Educação e também pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, sobrevindo, em nosso Estado, a promulgação da LEI DO SISTEMA, LEI COMPLEMENTAR Nº 170/98, com a explicação meridiana de que se trata da subdivisão da HORA RELÓGIO, isto é, de sessenta minutos (60'), em tempos ou períodos como o determinou, para o nosso Estado, (SC) a Lei Complementar nº 170 que fixou esses tempos, ou períodos ou horas-aula de quarenta e oito minutos (48'). Desta determinação decorre que os estabelecimentos de ensino deverão organizar os seus currículos com, no mínimo, CINCO (05) períodos ou horas - aula de quarenta e oito minutos, (48'), para preencher o mínimo de permanência em sala de aula de QUATRO HORAS de efetivo trabalho escolar.

Mais uma vez repetimos que a competência da escola é que vai determinar em quantos tempos, ou períodos há de funcionar, para que na soma diária se complete o mínimo legal de horas de atividade escolar.

Muitas outras reflexões certamente surgirão, no decorrer da organização dos currículos, nos estabelecimentos de ensino. Neste particular, e para concluir, recordamos, ainda, que o Conselho Estadual de Educação, aos 12 de dezembro de 1997, com a Resolução nº 55/97, definiu que os estabelecimentos de ensino tem tempo, até o final do ano de 1999, para reorganizarem e ajustarem suas atividades escolares e administrativas aos ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

DESPORTO EDUCACIONAL

Ademar Silva - FESPORTE

- O que é Educacional? - Entendimento por parte da Gerência sobre o assunto.

- Aplicação de uma filosofia educacional nos eventos esportivos escolares de Santa Catarina.

- Comparativo sobre os eventos esportivos escolares de Santa Catarina antes e após 1992/3.

- O que está sendo feito?

* Dificuldades encontradas para implantação;

* Percentual de aceitação;

- O que se pretende atingir?

- Perspectivas.

DESPORTO EDUCACIONAL

Edmilson Santos dos Santos – FEEVALE / RS

O contexto da discussão sobre desporto educacional onde iremos desenvolver o trabalho, está circunscrito a sua realidade escolar. Estabelecido este primeiro corte faz-se necessário apresentarmos a dimensão de nossa análise. Dois aspectos curriculares são importantes de serem observados. Há no currículo uma disciplina responsável por levar adiante um projeto desportivo na escola: a educação física. Por outro lado, a prática desportiva na escola não está presa apenas a essa disciplina. É muito comum nos espaços onde as crianças estão livres da tutela adulta do professor ou professora como no recreio, período vago, ora da entrada e saída encontrarmos elas praticando algum desporto. Podemos crer a partir desses dados que o desporto é algo inerente ao currículo escolar. Sua vida e sentido independem de sua institucionalização na grade curricular. Se entendermos a escola como espaço de valorização e desenvolvimento de determinadas práticas culturais poderíamos imaginar que o desporto já é um patrimônio de todas crianças. Principalmente daquelas que passaram pelos anos de escolarização. Mas se analisarmos a capacidade de intercâmbio com o mundo, a partir dessas experiências curriculares, e do público, que está se desportivizando, nosso desconforto com o raciocínio até então exposto, se apresenta de maneira evidente. Um olhar mais cuidadoso sobre essas experiências nos coloca distante de nosso objetivo: fazer com que as crianças possam eleger o desporto como uma aprendizagem significativa para suas vidas. Há décadas assistimos ao monopólio dos desportos com bola nas práticas curriculares. Há crianças hoje que dificilmente irão aprender outros desportos diferentes daqueles que seus irmãos maiores tiveram oportunidade de conhecer na escola, principalmente nos espaços ditos livres assistiremos a uma participação muito tímida das meninas, das crianças menores, obesas e mais fracas. Ou seja, a prática desportiva na escola tem servido para legitimar essa dupla exclusão a que estão submetidas as crianças das escolas públicas. Urge nós repensarmos alternativas para esse contexto. Para tanto, é necessário que a escola perceba a sua responsabilidade com todos os espaços curriculares de aprendizagem.

DESPORTO EDUCACIONAL E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR - UMA BREVE REFLEXÃO

Liliam Beatriz Schwinn Rodrigues - SED/SC

É impossível falar em Desporto Educacional sem falar em Educação Física Escolar.

Ouvimos com muita frequência na fala dos legisladores, dos profissionais especializados na área esportiva, dos profissionais da Educação Física Escolar, dos pedagogos e da população em geral, que o esporte “educa” e porque “educa” foi introduzido pelas autoridades políticas e enaltecido pelos professores no espaço escolar, mais especificamente nas aulas ou sessões de Educação Física. Se educa, o faz em favor de quem, e para quê? *“O desporto não é educativo sobre todos os planos a menos que um educador faça dele ao mesmo tempo um objeto e um meio de educação...”* (Belbenoit apud Betti, 1991:53)

É com o intuito de produzir os indivíduos necessários para dar conta de determinados e diferentes momentos históricos, portanto com diferentes e controvertidas finalidades, que o Esporte passa a ser o centro da prática pedagógica dos profissionais da Educação Física Escolar. Entre outros, objetiva indivíduos disciplinados, que ao cumprirem as regras dos diversos esportes, estejam aptos a cumprir também as regras do modelo econômico e político vigente, bem como, indivíduos que, ao tomarem contato e vivenciarem as situações de vitória e derrota, contribuindo desta forma para a formação de seu caráter, estejam aptos a cumprir o papel funcionalista de indivíduos socializados, solidários, camaradas, confiantes. Objetiva ainda a produção de indivíduos qualificados para o mundo do desporto e rendimento, de alto nível, a industrialização do corpo, passando a Educação Física a firmar-se como base da pirâmide do modelo esportivo. O atleta, e as vezes ainda a criança, passa a ser o instrumento de sucesso, e o sujeito da escola - o aluno - e os objetivos educacionais relegados a um segundo plano.

A prática do esporte acentua-se na década de 60, em decorrência dos fatos políticos que caracterizaram aquele momento. A ênfase à prática do mesmo, é estimulada pelo governo, entre os anos de 1964 e 1968, não somente no meio escolar mas no âmbito da sociedade em geral, com o objetivo de desmobilizar a resistência social que por ventura pudesse estar sendo articulada, principalmente no meio estudantil, que posicionava-se fortemente contra o regime militar que acabara de se instaurar no país.

Outra bandeira levantada era a tese de que através do esporte de alto rendimento, o Brasil poderia despontar como potência mundial no cenário político internacional. Assim como a opinião pública passou a confundir os

resultados obtidos nas diferentes modalidades esportivas com os assuntos do Estado, a comunidade escolar também passou a estabelecer o mesmo parâmetro - Escola que conquista mais troféus e seus respectivos "professores/treinadores" são os melhores, os mais respeitados, os mais competentes.

Os laços entre o esporte e a Educação Física começam a se estreitar ou até mesmo a se confundir através das portarias 168 de 1956 e 148 de 1967 - MEC, que admitem a competição esportiva como substituto das sessões de Educação Física e do Decreto 69.450/71 que regulamenta o artigo 22 da Lei 4024/61, que define como principal referência a aptidão física para o planejamento, controle, avaliação e formação de turmas para as atividades a serem desenvolvidas nas aulas de Educação Física, determinando ainda, que a iniciação desportiva tenha início na 5ª série do 1º Grau e com predominância no ensino superior. A prática do esporte passa então, a ser hegemônica nas aulas de Educação Física.

A democratização da prática desportiva efetiva-se em todos os âmbitos da sociedade através do surgimento de programas como o EPT (Esporte Para Todos), Jogos do SESC e SESI, Jogos Escolares, tendo como ponto culminante a promoção dos JEB's - Jogos Escolares Brasileiros, eventos para os quais, a escola é chamada a participar.

Através de objetivos claramente definidos por quem disseminou a prática desportiva, mas pouco claros ou camuflados para os praticantes, é que a escola acentua sua prática excludente, via aulas de Educação Física. Estas passam a ter, não somente seus conteúdos ditados pela instituição esportiva, mas também a prática pedagógica dos educadores, decorrente dos parâmetros esportivos, passa a ser centrada no rendimento, no cumprimento de normas e regras rígidas e específicas das diversas modalidades esportivas, bem como o aprimoramento da técnica e performance. Mais centímetros, mais gols, menos segundos, mais pontos etc... é o objetivo principal a ser alcançado.

Os mais aptos, os mais rápidos, os mais ágeis, os mais fortes, os mais altos, etc..., passam a ser o centro da atenção dos profissionais da Educação Física Escolar, que utilizam-se inclusive do espaço de suas aulas para treinamentos, onde os menos "dotados" são relegados a uma prática diferenciada, sendo ocupados com outras atividades, outros jogos, outros materiais, outra atenção, outros espaços e preferencialmente sem perturbar o bom andamento do ambiente escolar.

Este fenômeno em função de ações políticas pouco objetivas e coerentes em relação ao processo educacional e o desporto escolar, porque ao mesmo tempo em que os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais promovem eventos esportivos com a participação de educandos, não definem uma linha de ação para que os educadores não necessitem utilizar do tempo pedagógico - aula de Educação Física, espaço destinado para a socialização do conhecimento científico, para realizar seus treinamentos.

É possível constatar, em decorrência de contato com grande número de profissionais de várias regiões do Estado de Santa Catarina, três fatores que permeiam e identificam a prática pedagógica dos mesmos:

1. Para uma parcela considerável, o referencial teórico que os norteia, ainda se concentra em livros que abordam as técnicas, táticas e regras das diferentes modalidades esportivas;
2. A prática pedagógica ainda está centrada numa visão técnico-deportiva, no rendimento, na aptidão física, no descobrimento de valores esportivos, na especialização, e em casos significativos, o espaço pedagógico - aula - servindo ainda como tempo único e ideal de treinamento para participar com maior sucesso nos eventos esportivos;
3. A fragmentação da prática pedagógica está muito presente, desvinculada do currículo da escola, do Projeto Político Pedagógico da mesma. Também é possível identificar, que uma parcela já bastante significativa, está voltada para a materialização da intencionalidade expressa em seu Projeto Político Pedagógico, em relação homem/mulher capazes de interferir e superar a realidade presente.

É urgente a necessidade de re-significar o conceito de Educação Física, o conceito de movimento humano e conseqüentemente re-significar o conceito de aula de Educação Física bem como do profissional da Educação Física Escolar.

Também é necessário re-significar o conceito de Desporto Escolar estabelecendo políticas coerentes e objetivas para que a escola também continue a praticar e participar dos eventos esportivos, e que o resultado obtido nestes, seja reflexo de uma prática pedagógica que tenha como referencial as diferentes formas de vivenciar as diferentes possibilidades do movimento humano, pois é ao vivenciá-las que construímos sentido/significado para cada gesto, para cada postura. Resultado também de uma prática pedagógica de inclusão, onde todos os alunos que pela escola passarem, tenham se apropriado de tal forma do conhecimento socializado, que não meros assistentes ou praticantes a-históricos e a-políticos, mas sujeitos que a partir da vivência, contextualização e problematização do mundo dos movimentos e do esporte, estejam todos em condições de optarem de que forma e qual a modalidade esportiva querem praticar.

Que a Educação Física e o Desporto Educacional sejam resultado de políticas educacionais e esportivas, comprometidas com a realidade circundante, com a constituição de subjetividades cidadãos - sujeitos éticos, políticos e estéticos, que possam lutar pela sua autonomia e acima de tudo lutar coletivamente pela felicidade, e que não se tornem prisioneiros da proposta platônica, onde segundo Santin:

“... os homens compostos de ouro têm direito ao poder e à cultura, da mesma maneira que os talentos têm o direito de sonhar com o pódio e as medalhas. E os outros? Bem, os outros são os outros. Serão auxiliares, guerreiros, lavradores, artesão, isto é, trabalhadores, construtores de riqueza e admiradores das glórias alheias.”(SANTIN, 1996, p.59)

RESUMO DE TRABALHO - CURSOS

CURSO 1

PLANEJAMENTO DOS CONTEÚDOS PARA EDUCAÇÃO FÍSICA EM SANTA CATARINA

- FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO MOTOR
- MODELOS DO DESENVOLVIMENTO MOTOR
- PROGRAMA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
NA EDUCAÇÃO INFANTIL
NO ENSINO FUNDAMENTAL
1º A 4º SÉRIE
5º A 8º SÉRIE
- * AVALIAÇÃO CURRICULAR

CURSO 2

PEDAGOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

- CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
- ESTILOS DE ENSINO
ENSINO DIRETIVO
ENSINO NÃO-DIRETIVO
- TIPOS DE FEEDBACK

CURSO 3

PEDAGOGIA DO JOGO

- DESPORTO ENQUANTO CULTURA CORPORAL
- O CONCEITO DE DESPORTO PLURAL

- A ESTRUTURA DOS JOGOS DESPORTIVOS COLETIVOS E SUAS FASES DE DESENVOLVIMENTO
- A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DO DESPORTO DE CRIANÇAS E JOVENS
- O RENDIMENTO E A COMPETIÇÃO COMO CATEGORIA DA PEDAGOGIA DO DESPORTO
- ATIVIDADES PRÁTICAS: UM EXEMPLO A PARTIR DO BASQUETEBOL.

LISTA DOS PARTICIPANTES

NOME

Jorge Steinhilber
 Vânia Santos Ribeiro
 Juarez Vieira do Nascimento
 Ideli Salvati
 Pe. Kuno Paulo Rhoden
 Osni Jacó da Silva
 Ademar Silva
 João Kiyoshi Otuki
 Edmilson Santos dos Santos
 Agnalda Madalena Santos
 Alzira Isabel da Rosa Pereira
 André Luiz Nunes
 Andrete Regina Brancher
 Angela Gonçalves
 Arlene Maria Darella
 Arnaldo Daminelli Junior
 Carla Fonseca Pereira
 Carlos Alberto Alves Texeira
 Célia Maura Vill Lazzarin
 Cristiani Maria Domingos de Abreu
 Edimor Antônio Michelin
 Edison Luiz de Oliveira
 Telma Elisa Rocha
 Evandro Célio Griss Costa
 Fernanda Cabral de Souza
 Fernanda Noronha
 Hugues Brasílio Torres
 Inelve Maria Favaretto Garbin
 Janaina Andretti Silva
 Jorge Sartorato Costa
 José Leodoro Martins

Josiane Bonini Neves
Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues
Lilian Wagner
Luiz Antonio Grad
Luiz Jorge Vieira
Mara Regina Martins da Rosa
Marcia Marques da Silva
Maria Apolônia Simas
Maria Cristina Sampaio Torrens
Maria Febrônia Schweitzer Strazzer
Maria Terezinha Martins
Maristela Guarezi Maria
Odette Joaquina S. Ghislandi
Patricia Lovatel Acioly
Patricia Regina Falconí
Paula Virginia Malatér D'Almeida
Roberto Santos
Rodney Clayton Tortato
Rosane Aparecida Bett Soratto
Samuel Ramos da Silva
Santa Helena Amorim
Sibele Holsbach Costa
Simone Cabral Leite
Sônia Teresinha Nasario
Talita Santana de Oliveira
Viviane Aparecida Dal Pizzol
Zélia Schlikmann dos Anjos
Zeli Maria Dorcina
Saulo Sebastião Becker
Marino Tessari
Pedro Silva da Rosa
Sueli Maria Beckhauser
Marijane Raquel Soares
Ivair de Lucca
Vera Regina Costa Preis
Andrea Schütter Buss
Denise Campos de Araújo
Ana Paula Morossino
Ana Aparecida Tessari
Christiani Regina Brognolli

DIRETORIA DA APEF/SC GESTÃO 96/98

Presidente: Marino Tessari

Vice-Presidente: Juarez Müller Dias

Secretário Geral: João Rotta Filho

Primeira Secretária: Marijane Raquel Soares

Tesoureiro Geral: Pedro Silva da Rosa

Primeira Tesoureira: Sônia Terezinha Nazario

Conselho Fiscal:

Titulares: João Kiyoshi Otuki

Maria Apolônia Simas

Luiz Jorge Vieira

Suplentes: Saulo Sebastião Becker

Joceli José de Melo

Maria Madalena Brognolli